

# NOTAS DE ANÁLISE SOBRE A ERA FHC (1994-2002)\*

José Carlos Martines Belieiro Júnior\*\*

## Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma breve análise da política de reformas liberais do governo Fernando Henrique, implementadas durante os dois mandatos em que esteve à frente da Presidência da República. Não é evidentemente uma análise exaustiva, mas apenas alguns apontamentos sobre o caráter das medidas e dos objetivos a que se propunham.

**Palavras-chave:** governo FHC; política econômica; reformas liberais.

## Abstract:

The objective of this article is to do a short analyses of liberal politics reform in Fernando Henrique government. Is not a complete analyzing, but only any appointment about character and objectives of politics.

**Key-words:** FHC government; political economics; liberal reform.

## Introdução

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma breve análise das políticas de reforma econômica durante o período em que Fernando Henrique Cardoso ficou à frente da Presidência da República em seus dois mandatos consecutivos (1994-2002). A orientação central que inspira este pequeno trabalho é a rica tradição, presente na ciência política brasileira<sup>1</sup> e internacional preocupada em entender as complexas relações entre o Estado e o mercado, cujo sentido teórico mais importante é a análise da economia a partir de um cientista político e buscar ajudar a entender melhor o papel do Estado na economia.

No caso brasileiro, as questões que perpassam a nossa experiência mais recente têm a ver com grandes processos estruturais, seja no âmbito da economia, em que a abertura e a internacionalização são as principais marcas, seja no interior da política onde o desafio ainda é o da estabilização do regime democrático num ambiente econômico incerto. Por

---

\* Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, cujo projeto "Globalização e Desenvolvimento: o BNDES na Era FHC (1994-2002)", está sob orientação do prof. Dr. Renato Monseff.

\*\* Professor Universitário, Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Curitiba-Brasil.

<sup>1</sup> Ver principalmente Sola & Kugelmas (2002), Sola (1998) e (1993). Sallum Jr. (2003<sup>a</sup>) e (2003b), (2000a) e (2000b) e (1998), entre outros.

isso, discutir a era FHC é uma tentativa de contribuir para o debate sobre as possibilidades da democracia, do efetivo crescimento econômico e da verdadeira ampliação dos direitos de cidadania.

\*

A era FHC (1994-2002) deverá seguramente entrar para a História do Brasil como uma época de grandes mudanças. Trata-se de um conjunto de transformações operadas a partir de seu governo que atingiram diretamente a sociedade, a economia e o Estado, justificando, portanto a idéia de que essas propostas de mudança se referem a toda uma estrutura da sociedade, com as quais FHC de fato se comprometeu. A diferença fundamental é que, pela, primeira vez, um governo encampou vários projetos tendo como base um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo. Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideário liberal.

Creio não ser necessário recuperar o contexto histórico em que a retórica liberal começa a ganhar força no mundo pós-89 no Brasil e na América Latina<sup>2</sup>. É verdade que a política de reformas liberais começa com Collor, em 1990, mas com FHC assume verdadeiramente uma feição estratégica mais definida, com a adesão do governo ao conjunto de orientações advindas do chamado Consenso de Washington, referendado pelos organismos financeiros multilaterais, colocando definitivamente o Brasil entre os países a adotar medidas com explícitas recomendações liberais. Desse modo, o liberalismo do governo FHC assume um caráter inédito quando se observa a experiência histórica brasileira, que construiu sua trajetória de modernização social e econômica praticamente à margem das receitas liberais.

Como acontece nos grandes momentos de mudança, o ímpeto reformista de FHC implicou uma crítica revisão do passado. Assim, as claras mensagens de superação desse passado tinham como principal alvo a era Vargas, identificada como sinônimo de atraso na qual, por extensão, entrariam o nacionalismo econômico, o estatismo e todas as demais instituições montadas nos tempos do nacional-desenvolvimentismo. O esforço heróico de FHC e seu grupo foi mesmo o de desmontar um sistema estruturado num tipo de Estado, de economia e de sociedade que, os olhos reformistas, estava bastante atrasado diante dos imperativos técnicos e econômicos da globalização econômica e financeira.

Se FHC pretendeu acertar as contas do glorioso passado varguista com a adoção de reformas liberais, havia também um importante elemento, associado ao próprio processo de transição democrática

---

<sup>2</sup> Ver em mais detalhes: Tavares & Fiori (1996), Przeworski (1994) Anderson (1996) e Sader e Gentili (2001).

brasileira. Refiro-me aqui a uma agenda não resolvida pelos governos que o antecederam no poder. Como se sabe, os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida” e a referência, por mais exagerada que fosse, tinha evidentemente uma razão importante de ser: a escalada da inflação e o insucesso recorrente de todos os planos de estabilização, quatro tentativas com Sarney e duas com Collor<sup>3</sup>. Do outro lado da problemática econômica, além da inflação incontornável, estava a questão do crescimento econômico. O fracasso nas tentativas de vencer a inflação também acabava por inviabilizar estratégias mais ousadas e duradouras de crescimento, deixando a sociedade brasileira verdadeiramente perdida numa situação bastante dramática de incerteza. Em outras palavras, o governo FHC não podia dar errado.

### **A questão da inflação**

O combate à inflação colocou-se imperativamente como principal preocupação do governo FHC mesmo antes do início de seu mandato. A conversão do tema da inflação a condição de questão pública número um para o país tem a ver com a nossa história recente, já apontada com uma trajetória explosiva e incontornável dos preços<sup>4</sup>. O diagnóstico da equipe de FHC era que sem um efetivo controle de preços, tudo mais seria impossível de fazer. Ou seja, sem estabilidade não haveria condições para um novo ciclo duradouro de crescimento econômico para um país que viveu em seu passado recente, momentos bem melhores.

O fato é que durante todo o período FHC prevaleceu a concepção, até certo ponto economicamente determinista, que só vencendo a batalha da inflação estariam garantidas as condições para uma boa saúde social, econômica e política para o país. Ou seja, para salvar o Brasil da crise e da instabilidade permanentes, a tarefa primeira seria vencer a inflação. É claro que havia uma verdade trágica para a consciência da política brasileira revelada pelos fatos: de 1986 até 1994, o país já havia experimentado cinco planos econômicos de estabilização, quatro diferentes moedas<sup>5</sup> e uma hiperinflação que se notabilizou por ser uma das maiores do mundo.

Quando o Plano Real foi lançado em 1993, ainda no governo Itamar Franco, época em que Fernando Henrique era seu Ministro da Fazenda, a inflação havia fechado em mais de 1.500%! Os resultados dos anos posteriores a 1993 e 1994 dão a clara dimensão do efetivo sucesso do Plano Real em controlar a inflação em taxas extremamente baixas, como se

---

<sup>3</sup> Plano Cruzado, Cruzado II, Plano Verão, Plano Bresser; Plano Collor I e Plano Collor II.

<sup>4</sup> Ver Sola & Paulani (1995) e Sola (1993).

<sup>5</sup> Os planos são: Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser, Plano Collor e Plano Collor II. As moedas: Cruzado, Cruzado Novo e novamente Cruzeiro e finalmente, Real.

pode ver na tabela 1. É preciso considerar que o sucesso do Plano Real tem muito a ver com a experiência passada da política econômica dos governos anteriores. Em primeiro lugar, refere-se à própria concepção inercial da inflação, como é sabido, uma interpretação da inflação brasileira surgida na primeira metade dos anos 1980 e elaborada por um grupo de jovens economistas da PUC carioca<sup>6</sup>. Assim, FHC obteve êxito com um programa de estabilização cujo modelo teórico havia servido de inspiração para o Plano Cruzado<sup>7</sup> do Governo Sarney (1986-90). Nesse sentido, não seria nenhum exagero afirmar que o Plano Real é filho direto e melhorado do Cruzado, já que o fracasso de estratégia desse plano foi fundamental para que o grupo de economistas que estiveram juntos na pilotagem do Cruzado aprimorassem e acertassem determinadas escolhas que, tomadas num outro contexto, poderiam efetivamente ter sido equivocadas.

Por trás das centrais preocupações com a inflação, prevaleceu no governo o diagnóstico básico de que a economia brasileira precisaria urgentemente se adaptar ao novo ambiente econômico internacional, como condição para colocar o país na rota da modernização econômica e social. Não é à toa que a defesa do caminho único e a adesão pragmática às teses da inevitabilidade do processo de globalização ganharam força, assumindo muitas vezes, uma retórica arrogante, buscando desqualificar os críticos do governo como nacionalistas presos ao passado.

Elevando o combate à inflação como prioridade absoluta de sua gestão, é compreensível que a principal política de FHC tenha sido de fato a econômica, tornando-se, como não poderia deixar de ser, o motivo central de polêmicas, debates e conflitos de seu governo, mobilizando todos os atores relevantes da sociedade brasileira: a classe trabalhadora, o empresariado, os intelectuais, a mídia, etc. E as críticas à política econômica não vinham apenas dos grupos políticos de oposição de fora do governo, mas de dentro da própria equipe de FHC, principalmente dos economistas

---

<sup>6</sup> Ver principalmente ARIDA, Persio (org.). *Brasil, Argentina, Israel: inflação zero*. 13 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. LOPES, Francisco. *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.

<sup>7</sup> A bibliografia sobre o Cruzado é bastante extensa. Entre os principais, destacaria: BIER, PAULANI e MESSEBERG. *O Heterodoxo e o Pós-Moderno: o Cruzado em Conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SINGER, P. *O Dia da Lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. SP: Brasiliense, 1987. E finalmente, SARDENBERG, C. A. *Aventura e Agonia: nos bastidores do Cruzado*. SP: Companhia das Letras, 1987.

associados ao desenvolvimentismo, agrupados em arenas importantes como o Ministério do Planejamento e o BNDES<sup>8</sup>.

Desse modo, para os críticos, a política econômica, executada com êxito por Pedro Malan, preocupava-se apenas com a estabilização, deixando o crescimento econômico em segundo lugar. Nesse aspecto, o debate ocorrido no governo FHC em torno da política econômica agrupou-se na conhecida polarização estabilização x crescimento, em que se reuniam “liberais-desenvolvimentistas” contra os “liberais-fundamentalistas”, usando os termos do professor Brasília Sallum<sup>9</sup>. Os argumentos situavam-se nas considerações daqueles que, de um lado, defendiam que os custos para manter a inflação baixa se faziam sentir no crescimento pífio e irregular da economia brasileira e, de outro, os governistas, que respondiam que o crescimento com inflação não seria mais possível para um país como o Brasil.

Para as razões de FHC, a questão fundamental era buscar formas concretas de superar de vez o nacional-desenvolvimentista estatista que prevaleceu no país ao longo dos anos de 1930 até 1970. Mesmo reconhecendo o legado do Estado desenvolvimentista para a economia e a sociedade brasileiras, para as políticas de FHC era preciso remodelar o Estado visando a um novo desenvolvimento econômico e social. Nessa direção, é interessante pensar a idéia da política econômica como uma dimensão de refundação do país em sentido forte, especialmente quando seria ela o instrumento racional de toda uma mudança estrutural, que atingiria todas as esferas macro da organização social, política e econômica do país.

Em todo caso, é inegável considerar que a questão mais problemática de toda a política econômica de FHC foi sua relação com a política de crescimento, sendo necessário avaliar com cuidado se é pertinente falar de uma política de crescimento na era FHC, haja vista que de modo geral, a política econômica muitas vezes pareceu estar em rota contrária às iniciativas pró-crescimento, reivindicadas, como se sabe, dentro e fora do governo. Daí que o crescimento da economia brasileira, ao longo do período, ficou muito mais sujeito às oscilações da conjuntura internacional e das oportunidades geradas pela economia mundial do que propriamente a uma política deliberada de crescimento incentivada pelo governo. Questão essa que só foi parcialmente respondida no segundo mandato de FHC, quando foi criado o Ministério do Desenvolvimento. Não houve, portanto,

---

<sup>8</sup> Pretendo recuperar o debate político no interior do governo FHC, como parte da pesquisa de Doutorado.

<sup>9</sup> Ver SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. Vol. 11, nº2, fevereiro de 2000.

crescimento continuado da economia, houve sim muitas oscilações e a impressão generalizada, em todos segmentos da sociedade brasileira, de que a política econômica era na verdade a grande inimiga da política de crescimento.

## O Plano Real

O Plano Real foi lançado em setembro de 1993, último ano do mandato de Itamar Franco, quando FHC era seu Ministro da Fazenda. Dando certo, garantiria uma vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994 contra o candidato da esquerda, Lula (PT), e ajudaria decisivamente a viabilizar o governo de FHC e seu grupo político, bem como a continuidade do processo de reformas liberais. A nova moeda foi lançada em agosto de 1994, meses antes das eleições, ajudando decisivamente a alçar FHC à Presidência da República.

Vista no conjunto, a política econômica de FHC foi bastante complexa e amparou-se em vários caminhos estratégicos. As políticas fiscal, monetária, de privatizações, e de abertura econômica contemplam esse vasto campo teórico e político orientado em promover mudanças profundas na ordem social, econômica e política. Para o Estado, caberia um papel disciplinador e orientador do desenvolvimento econômico, longe da posição central que o Estado brasileiro assumiu no passado. Na visão liberal de FHC, o Estado brasileiro já havia esgotado seu papel de principal financiador do crescimento.

Além da boa arquitetura econômica, a garantia de sucesso do Plano Real também passava pela dimensão fiscal. Para isso, foi negociado no Congresso Nacional o Fundo Social de Emergência, que funcionaria como fundo de reserva, um colchão financeiro para o plano, além do aumento de alíquotas de tributos, reativação de outros, como a CPMF e corte de despesas<sup>10</sup>. A ênfase colocada na questão fiscal seria decisiva para moldar a estratégia que se seguiu ao lançamento do Real, em praticamente todo o período FHC.

Para o grupo formulador do plano, o equilíbrio fiscal do Estado seria uma condição indispensável para o sucesso das medidas, demandando uma política severa nessa área. Uma delas foi a relação estabelecida com os governos estaduais, tanto no que se refere às contas públicas, quanto à questão dos bancos estaduais. Agindo como verdadeiro disciplinador dos gastos dos estados, o governo FHC perseguiu fortemente a estratégia de que para superar a crise fiscal do Estado brasileiro, responsável no final das contas pela inflação, e conseguir colocar o país e a

---

<sup>10</sup> Para mais detalhes sobre o Plano Real, ver entre outros: FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2 edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

economia numa rota segura de desenvolvimento, teria que passar por um longo e penoso processo de ajuste fiscal, corte de gastos e disciplina financeira. Mais uma vez, o governo FHC respondia aos excessos do passado, tentando, evidentemente, superar o populismo econômico e fortalecer a idéia de uma política econômica responsável, baseada na estrita racionalidade econômica.

Mesmo com a inflação sob controle, como foi o período FHC, a energia e a mobilização política para manter a estabilidade dos preços foram muito grandes. Os custos sociais e políticos da manutenção da política de estabilização também foram efetivamente altos e, mesmo que o sucesso em vencer a inflação tenha garantido a FHC dois mandatos sucessivos no mais importante posto de poder do país, ele não invalida o fato de que, o Plano Real e a política econômica de FHC não trouxeram ao país estabilidade e segurança definitivas.

Daí que é preciso avaliar as crises ocorridas durante os oito anos de mandato, as quais foram detonadas pela própria lógica da política econômica, o que evidencia o caráter problemático e instável do programa de manutenção do Real. A questão cambial, notória pela dimensão que assumiu como divergência central dentro do governo e da equipe econômica, tornou-se o principal pomo de discórdia. A fragilidade da economia brasileira diante das pressões externas e a impotência do Real em administrar minimamente essa frente de vulnerabilidade também demonstraram claramente as fraquezas da política econômica. De certo, nos momentos mais críticos, de 1995 a 1998, os fundamentos do Plano Real ficaram seriamente abalados. Como se sabe, a política cambial mantida no esquema da paridade fixa durou quatro anos, sob inúmeras críticas e a um grande custo financeiro para o país.

## **A política de privatizações**

A política de privatizações foi um projeto para cujo sucesso o governo FHC muito se esmerou. Como se sabe, o diagnóstico básico do grupo que venceu as eleições de 1994 era que a reforma do Estado brasileiro passava necessariamente por uma ampla revisão das empresas estatais, consubstanciada numa política geral de venda dessas empresas ao mercado. É verdade indubitável que na construção do Brasil industrial, o Estado não poupou energia na criação de estatais que foram imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento. No entanto, ao final dos anos 1980, o Estado brasileiro dispunha de um grande número de empresas, em diferentes setores da economia. Em alguns deles, mantinha grandes monopólios, como nos ramos da telefonia e do petróleo. Nesse aspecto, as privatizações se articularam com uma política que pretendia modernizar a economia brasileira, quebrando os monopólios estatais e submetendo as

empresas à concorrência do mercado, abrindo até alguns setores a uma maior participação do capital estrangeiro.

Amparado no consenso liberal que havia tomado conta das análises dos problemas latino-americanos, Collor já havia de fato iniciado uma política de privatizações, com resultados modestos, mas conseguindo vender ao setor privado empresas importantes como, entre outras a siderúrgica Usiminas. Para FHC, as privatizações eram absoluta prioridade, seja no sentido de desafogar o Estado das grandes tarefas econômico-estratégicas do passado, seja para obter recursos extras para a caixa do governo. Em muitos casos de venda de empresas, as decisões do governo passaram por cima de todas as críticas, vindas essencialmente do movimento sindical e de grupos políticos de esquerda, contrários ao programa de privatização. De outra parte, grupos nem tão contrários às privatizações, questionavam também sobretudo a forma pela qual foram leiloadas as estatais. Com crítica ou não, o fato é que FHC vendeu boa parte do patrimônio industrial público construído em décadas no Brasil. Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1943 por Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce, uma gigante da mineração, além do sistema Telebrás, que atendia o país todo, foram leiloadas e entregues à iniciativa privada.

Na lógica do PSDB e dos próprios organismos financeiros multilaterais, as estatais eram o lugar da ineficiência produtiva, somada ao empreguismo natural do serviço público brasileiro e que, portanto, só a iniciativa privada poderia realizar a mudança pela qual a sociedade, na avaliação do governo deveria passar: o famoso choque de capitalismo, ou seja, mais produtividade, mais concorrência, mais eficiência. Para FHC, o Estado já havia feito demais, criando todas as condições para o desenvolvimento do país em bases capitalistas. Missão que deveria ser cumprida agora pelos próprios capitalistas, agindo livremente no mercado a quem caberia ao Estado apenas regular.

Tema importante da agenda de reformas de FHC, a política de privatizações representou um grande avanço no processo de reformas conduzidos no país, segundo a orientação ideológica que, no Brasil e na América Latina, pregou políticas que pretendiam tornar a economia mais competitiva e manter o Estado cuidando de funções sociais essenciais. Países como Argentina, Chile e México também realizaram grandes programas de desestatização, promovidos por governos reformistas.

No caso de FHC, em todo o período em que se manteve à frente do governo, foram vendidas 35 empresas estatais federais, arrecadando cerca de US\$20 bilhões<sup>11</sup> em recursos reais. Entre elas, de diferentes

---

<sup>11</sup> Ver mais detalhes em BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

tamanhos, foram incluídas empresas da economia, como o siderúrgico, o petroquímico, o de fertilizantes, o ferroviário, o elétrico, a mineração o portuário e o financeiro. Neste caso, vale dizer, a lógica das privatizações não atingiu apenas a economia industrial com a venda das empresas, mas também a economia do setor financeiro com a venda de grandes instituições financeiras que foram privatizadas principalmente nos estados da federação. Embora se reconheça que as instituições federais (o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) tenham sido preservadas, isso não significa dizer que FHC não tenha efetivamente conduzido uma ampla reforma do sistema financeiro estatal. Como se sabe, essa política atingiu fortemente as unidades federais que, em muitos casos, foram colocadas sob forte pressão. Em praticamente todos os estados, houve privatização de bancos públicos estaduais, incluindo em São Paulo, com a venda do Banespa, o Paraná com a do o Banestado, o Rio com a do o Banerj, e muitos outros governos estaduais que ficaram sem uma instituição financeira pública. Ainda assim, os estados também realizaram programas de vendas de empresas públicas, como no caso da telefonia fixa e da energia elétrica.

Nesse sentido, a política de privatizações de FHC não se deu apenas no âmbito do governo federal, mas, na verdade, no país todo. A convergência do partido no poder, o PSDB, certamente contribuiu para harmonizar os interesses da privatizações entre os Governos Estaduais e o Governo Central. Rio de Janeiro e São Paulo, cujos governos eram aliados do presidente, ilustram bem a situação.

Para os críticos das privatizações, faltou ao governo critérios objetivos para a venda de empresas. Muitas foram vendidas rapidamente, com preços mínimos, muito abaixo do real valor de mercado. Para setores ideológicos mais nacionalistas, a capacidade de planejamento estratégico do governo ficaria seriamente comprometida, na medida em que setores como distribuição de energia elétrica e telecomunicações estavam de fato sendo transferidos às mãos do setor privado. O governo respondia que era impossível para um Estado endividado continuar mantendo tantas empresas, algumas delas necessitando de profundo enxugamento com vistas a melhorar a produtividade e baixar custos. Por isso, melhor seria deixá-las sob o cuidado de capitalistas.

Outra questão relevante do debate público sobre as privatizações de FHC diz respeito ao papel do BNDES no programa. Desde o início, o banco ficou responsável pela gestão do PND (Programa Nacional de Desestatização), e as críticas não se referiam tanto à gestão, mas especialmente à ativa presença da instituição como emprestadora de recursos para grupos compradores, fossem eles, bancos privados nacionais ou grupos empresariais nacionais e estrangeiros. Esse expediente foi bastante utilizado, na implementação do programa, quando o banco efetivamente participou de forma ativa. As chamadas moedas podres

compareceram com cerca de 22% no processo das privatizações federais no período, ou seja, quase um terço dos recursos das vendas não correspondia a moeda real.

## **A política de reformas constitucionais**

A política de reformas de FHC não poderia ser efetivamente realizada se não estivesse acompanhada também de amplas mudanças na estrutura legal do país. A ordem jurídica estabelecida com a Constituição de 1988 ainda era bastante compatível com o nacional-desenvolvimentismo e mantinha muitas das estruturas de uma economia essencialmente estadista. Era preciso, portanto, mudar a Constituição brasileira para abrir caminho à construção do projeto liberal de FHC. Essa tarefa requereu, do grupo no poder, uma bem articulada estratégia que viabilizasse, no Congresso Nacional e com o auxílio das forças políticas aliadas do Presidente, a aprovação de emendas constitucionais que tornassem possível a execução da agenda de reformas de FHC, configurada em mudanças na ordem política e econômica do país.

No âmbito do debate político em torno das reformas, a Constituição de 1988, considerada por muitos a que mais avançou na construção da democracia e dos direitos, batizada inclusive de “Constituição cidadã”, recebeu do governo FHC pesadas críticas. Os taxativos termos “estatista” e “corporativista” a ela relacionados apareceram no discurso com caráter pejorativo, fortemente associados ao atraso e à ineficiência. Considerada antiquada frente à nova realidade imposta pela globalização, a Constituição de 1988 passou por ampla reforma para atender aos objetivos liberais do governo FHC.

Para fazer valer suas tarefas de governo, especialmente num contexto reformista, a engenharia política de FHC precisou ser eficiente para garantir um mínimo de operacionalidade ao governo. A conquista da maioria parlamentar através da aliança do PSDB<sup>12</sup> com o maior partido de direita brasileira, o PFL, foi fundamental nesse sentido. Num quadro de muitos partidos e de uma cultura política individualista, FHC conseguiu montar uma estratégia política concentrando poderes em arenas restritas buscando dessa forma, minimizar os conflitos dentro do sistema político. Assim, FHC conseguiu aprovar muitas medidas de seu ideário reformista, contrariando interesses e desconsiderando o caráter impopular das medidas.

---

<sup>12</sup> Ver em mais detalhes: FIGUEIREDO, Argelina, LIMONGI, Fernando e VALENTE, A. Governabilidade e Concentração de Poder Institucional: o governo FHC. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, volume 11, nº2, out.,1999.

Tabela 1 - Inflação e Crescimento no Governo FHC

	<u>Inflação</u>	<u>Crescimento Econômico</u>
1994	1.093,83%	5,85%
1995	14,77%	4,22%
1996	9,33%	2,66%
1997	7,48%	3,27%
1998	1,71%	0,13%
1999	19,94%	0,79%
2000	9,80%	4,36%
2001	10,40%	1,31%
2002	26,41	1,93%

Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

## Referências Bibliográficas

BELIERO JR., J.C.M. Política econômica e democracia: qual política econômica para a democracia brasileira?. In: *Boletim. Revista da Área de Humanas*. Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL, nº48, 2005.

BELIEIRO JR., J.C.M. Inflação e Política: a inflação na redemocratização brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. USP, 2001.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRESSER PEREIRA, L.C.B. O Segundo Consenso de Washington e a Quase Estagnação da Economia Brasileira. In: *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº3 (91), 2003.

CASTRO, Antônio Barros de. O Lado Real do Real: o debate e algumas surpresas. In: *Vinte Anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.

CRUZ, Sebastião Velasco. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, nº49, 2000.

ESTRATÉGIAS PARA VOLTAR A CRESCER. Entrevista com Antônio Barros de Castro, José Roberto Mendonça de Barros e Luiz Gonzaga Belluzzo. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº67, novembro de 2003.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2 edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FIORI, J.L. *O Brasil no Espaço*. 2 edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, C. Reflexões Sobre a Crise Brasileira. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº57, julho de 2000.

LESBAUPIN, Ivo. (org.) *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. 3 edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOUREIRO, Maria Rita. Política e Burocracia no Presidencialismo Brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº14, 1999.

NOBRE, Marcus e FREIRE, Vinícius Torres. Política Difícil, Estabilização Imperfeita: os anos FHC. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº51, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. O primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. (debate) In: *Novos Estudos Cebrap*, nº44, 1996.

OLIVEIRA, Gesner e TUROLLA, F. Política Econômica do Segundo Governo FHC: mudança em condições adversas. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, novembro de 2003.

O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Debate com José Roberto Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga Belluzzo, Francisco de Oliveira, Sérgio Abranches e José Artur Giannotti (mediador). In: *Novos Estudos Cebrap*, nº44, março de 1996.

PIO, C. A Estabilização Heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº46, junho de 2001.

POLÍTICA ECONÔMICA: RUMOS RECENTES E FUTUROS. Entrevista de Amaury Bier a Lídia Goldstein, José Artur Giannotti e Maria Hermínia Tavares de Almeida. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº68, março de 2004.

SALLUM JR., Brasília. O Segundo Governo FHC: balanço crítico. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, novembro de 2003.

SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol.11, nº2, fevereiro de 2000.

SALLUM JR., Brasília. Estamos Reorganizando o Capitalismo Brasileiro. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, nº39, 1999.

SCHWARTZ, Gilson. Nota Sobre Limites e Possibilidades da Era FHC. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, nº49, 2000.

SILVA, R. Planejamento Econômico e Crise Política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº14, junho de 2000.

SOLA, Lourdes. *Estado, Mercado e Democracia: política e economia comparadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.